

Procuradoria Geral do Município do Rio
de Janeiro



8º Concurso para Ingresso na Classe
Inicial da Carreira de Procurador



PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

Neste Caderno de Questões, você encontrará **04 (quatro) páginas** numeradas sequencialmente, contendo esta folha de rosto e **05 (cinco)** questões de **Direito Civil e Empresarial**.

Verifique a paginação e se as questões estão legíveis. Se houver erro ou problemas de impressão, notifique o fiscal.

Este caderno poderá ser levado pelo candidato após o transcurso de 1 (uma) hora de prova.

Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala após transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova**, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e das folhas de rascunho para descarte.

Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala somente poderão sair juntos, após presenciarem o fechamento dos envelopes, rubricando-os.

[Handwritten signature]

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

QUESTÃO 1 (VALOR: 20 PONTOS)

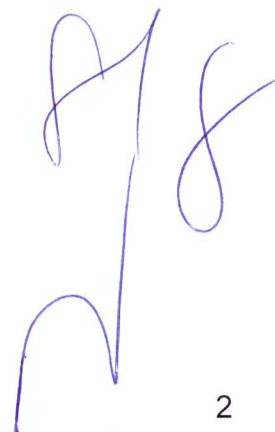
A empresa XYZ Ltda. ("XYZ") protocolou pedido de recuperação judicial, que teve o seu processamento deferido pelo Juízo da Vara Empresarial do Rio de Janeiro. O patrimônio mais relevante da XYZ é o seu parque industrial situado na cidade do Rio de Janeiro, gravado com expressivos débitos de IPTU já inscritos em dívida ativa.

O plano de recuperação judicial da XYZ foi estruturado em torno da constituição de Unidade Produtiva Isolada – UPI sobre a integralidade do parque industrial, visando a sua posterior alienação ao licitante vencedor em processo competitivo de venda.

O plano prevê que o arrematante da UPI receberá o imóvel e todos os bens que o guarnecem sem ônus, inclusive fiscais, e que o produto da venda da UPI será utilizado para pagamento exclusivo dos credores sujeitos à recuperação judicial, majoritariamente da classe 3. O plano de recuperação foi aprovado pelos credores, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial e a UPI foi arrematada por sociedade que é controlada pelos mesmos acionistas da XYZ.

Levado o plano de recuperação à análise da Secretaria Municipal de Fazenda, os técnicos municipais elaboraram minucioso estudo esclarecendo que o plano apresentado inviabilizará o pagamento das dívidas tributárias pendentes e dificultará sobremaneira a retomada das atividades da XYZ, que ficará reduzida a menos de 5% de sua capacidade operacional anterior ao protocolo do pedido de recuperação judicial.

Na condição de Procurador do Município do Rio de Janeiro, discorra sobre os fundamentos jurídicos do recurso contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial.



QUESTÃO 2 (VALOR: 20 PONTOS)

Determinada sociedade de economia mista municipal detém a integralidade do capital social da Companhia Obras Carioca S.A. Em virtude de grave crise financeira ocasionada por seguidos déficits em seus balanços, a Companhia Obras Carioca S.A. passou a ter dívidas com diversos credores e pede recuperação judicial.

Tendo em vista a situação acima narrada:

- A) Discorra acerca da possibilidade de a devedora pedir recuperação judicial, abordando as principais correntes doutrinárias;
- B) Desejando a sociedade de economia mista municipal alienar a participação acionária na Companhia Obras Carioca S.A., esclareça se é necessária autorização legislativa e se é necessária licitação para a venda da participação acionária.

QUESTÃO 3 (VALOR: 20 PONTOS)

Joaquim celebrou contrato de locação comercial, pelo prazo certo de 5 anos. No segundo ano de vigência do contrato, em março de 2020, eclodiu a pandemia do coronavírus. O objeto do contrato era uma loja comercial situada na cidade do Rio de Janeiro. Em razão de Decreto Municipal houve a proibição de funcionamento da loja de roupas, salvo para venda a distância (delivery).

O locatário, enfrentando dificuldades em honrar com o pagamento dos alugueis, ajuíza ação pleiteando a revisão do contrato. Alega a queda no faturamento e desequilíbrio contratual. Justifique a viabilidade do pedido e qual o fundamento jurídico para embasá-lo.

QUESTÃO 4 (VALOR: 20 PONTOS)

O Adquirente responde pela contribuição de manutenção de loteamento urbano cobrada por associação de moradores, prevista no contrato-padrão registrado no Cartório do Registro de Imóveis, tendo por referência as contribuições vencidas no período anterior à aquisição do lote? Justifique.

QUESTÃO 5 (VALOR: 20 PONTOS)

Considere a presença dos seguintes dados como provados para oferecer respostas às indagações como Procurador do Município do Rio de Janeiro:

Roberto Caldas, domiciliado desde 1976 no Município de Recife, Estado de Pernambuco, foi contemplado com um legado deixado por seu tio Alessandro Martins, consistente num terreno não edificado de 300 m² localizado no bairro da Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro, por ele adquirido em 1989 através do registro de contrato de compra e venda do imóvel.

Durante sua vida, Alessandro cogitou constituir um condomínio edilício no imóvel, mas o projeto de incorporação não foi apresentado aos órgãos públicos pertinentes.

Devido ao falecimento de Alessandro, ocorrido em 2006, cumpriu-se rigorosamente sua última vontade com a imissão do sobrinho Roberto na posse do imóvel, além da formalização da transferência da propriedade em favor deste no Cartório do Registro de Imóveis competente. Destaca-se que Alessandro não deixou herdeiros legítimos necessários.

Com a transferência do bem imóvel deixado em legado em 2008, Roberto inicialmente pensou em alienar o terreno, pois não tinha a intenção de se mudar para o Rio de Janeiro. Contudo, após algumas tentativas frustradas, e somente tendo despesas em razão do terreno, Roberto resolve demitir o único empregado que cuidava do imóvel e, concomitantemente, deixa de recolher o imposto predial e territorial urbano a partir de 2013. Em síntese: o imóvel passou a não ser usado ou administrado por qualquer pessoa.

Diante do acima exposto, em razão da existência das dívidas de IPTU referentes ao imóvel, a Procuradoria do Município é instada a se manifestar a respeito do caso para o fim de verificação do abandono do imóvel. Neste sentido, têm-se os seguintes questionamentos:

- A) Discorra sobre o conceito, a natureza e os requisitos do abandono de bem imóvel à luz do Direito brasileiro, em especial enfocando o tema do “não uso” do terreno.
- B) Há distinção acerca dos prazos para configuração do abandono e para a incorporação do imóvel ao patrimônio público municipal? Justifique.
- C) Entre as alegações do legatário, houve o questionamento sobre a inconstitucionalidade da regra legal da presunção absoluta do abandono do imóvel em razão do não pagamento dos tributos. Como Procurador do Município do Rio de Janeiro, qual seria seu posicionamento a respeito?